

# O "PLANO BOLCHEVIQUE" EM PIRACICABA: MARIO PASSINI, A LIGA OPERÁRIA E A GREVE GERAL DE 1919

Luís Carboni Junior<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os modos de organização e de luta dos trabalhadores de Piracicaba no ano de 1919, os quais em julho, articulados por meio da Liga Operária, consumaram uma conspiração subversiva de isolamento da cidade, greve geral e tentativa de assalto ao comércio. O episódio foi nomeado pelo delegado como "o plano bolchevique em Piracicaba", causando grande repercussão na imprensa local e da capital paulista. Treze trabalhadores foram investigados como principais participantes dos cortes efetuados nas linhas telefônicas, mas somente oito foram julgados, sendo apontado como principal líder o carpinteiro Mario Passini, então secretário da Liga Operária. Faz parte do escopo investigativo evidenciar as interações sociais entre os trabalhadores, a elite, as forças policiais e a imprensa.

Palavra-chave: Movimento operário; Liga Operária (Piracicaba); Mario Passini.

# THE "BOLSHEVIK PLAN" IN PIRACICABA: MARIO PASSINI, THE WORKERS LEAGUE, AND THE 1919 GENERAL STRIKE

**Abstract:** This article aims to reflect on the ways of organization and struggle of the workers of Piracicaba in 1919, which in July, articulated through the Workers League, consummated a subversive conspiracy of isolation of the city, general strike and attempted assault on trade. The episode was named by the chief of police as "the Bolshevik plan in Piracicaba", causing great repercussion in the local press and in the state capital of São Paulo. Thirteen workers were investigated as the main participants in the cuts made on the telephone lines, but only eight were tried, being the carpenter Mario Passini, then secretary of the Workers League, appointed as its main leader. It is part of the investigative scope to highlight social interactions between workers, the elite, police forces and the press.

**Keyword**: Labor Movement; Workers League (Piracicaba); Mario Passini.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Mestrando em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista CNPq. E-mail: luiscarboni.historia@gmail.com (http://lattes.cnpq.br/0785046638945850).



## Mario Passini, a Liga Operária e os trabalhadores: uma história de lutas em Piracicaba

Escolher o nome de um indivíduo historicamente anônimo para dar título ao presente artigo não tem como objetivo sugerir que ele poderia ter exercido domínio sobre os demais trabalhadores, tampouco que sua participação tenha sido tão importante que, sem ele, a agitação social não haveria se consumado. Desse modo, tanto a investigação documental quanto a escrita narrativa não enfatizam as ações do indivíduo isolado, mas de todo o coletivo de trabalhadores e de agentes sociais envolvidos em uma mesma rede de sociabilidade. Portanto, a escolha mencionada não implica uma abordagem historiográfica que supervalorize o indivíduo, mas que reconheça a importância dos trabalhadores subalternos na "grande" história, não sendo a escolha pela investigação de trajetórias individuais contraditória com o estudo da história social.

Mario Passini, secretário da Liga Operária e líder do plano de 1919, citado de forma compulsiva pelas autoridades, possibilita a tomada de seu nome como bússola para nos guiar dentro dos arquivos da repressão<sup>2</sup> e da imprensa, assim, somos capazes de praticar uma história social dotada de carne e sangue<sup>3</sup>. Optar pela cidade e pelo curto espaço temporal como atributos do objeto de análise possui fundamentos metodológicos, pois se formos capazes de circunscrever um espaço e um tempo adequado para a investigação, maiores as chances das séries documentais se sobreporem, nos permitindo encontrar o mesmo indivíduo em diferentes contextos sociais. Ou

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Processo-crime: Mario Passini e outros. Delegacia de Piracicaba. Arquivo Espaço Memória, Centro Cultural Martha Watts, Piracicaba, 58/C, 1° Ofício Civil, 1919; Prontuário n° 551: Delegacia de Piracicaba. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, São Paulo, 1935-1936.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A *micro-história* e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989, p. 171.



seja, a partir do nome reconstituímos o entrelaçado social, uma teia que perpassa o nominal e fornece a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido<sup>4</sup>.

A metodologia aqui empregada consiste na combinação da investigação dos estratos subalternos da sociedade, conforme propôs Edward P. Thompson, por meio do nome de determinado indivíduo. Nas palavras de Carlo Ginzburg e Carlo Poni "uma prosopografia a partir de baixo" 5, a qual possibilita apreender as características do grupo e das estruturas sociais em que as experiências dos agentes se articulam. Trata-se de repensar interpretações históricas consagradas dos memorialistas de Piracicaba que supõem, frequentemente, harmonia entre as classes, a partir do percurso de determinado indivíduo, acreditando na capacidade representativa dessa trajetória. Ou seja, a escolha de anônimos pauta-se na suposição de que eles possuem a capacidade de sintetizar, dentro das devidas proporções, várias outras trajetórias de trabalhadores derrotados e silenciados em seus projetos 6.

Ao analisar as obras de E. P. Thompson, Benito Schmidt constatou que o historiador inglês pavimentou o caminho para o resgate de experiências individuais como sendo constitutivas no processo do fazer-se da classe trabalhadora<sup>7</sup>. Eric Hobsbawm também fez uso de indivíduos como microcosmos para a compreensão de problemas mais amplos da

\_\_\_

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A *micro-história* e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989, p. 174-175.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A *micro-história* e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989, p. 176-178.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> SCHMIDT, Benito. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 195.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> SCHMIDT, Benito. Trajetórias e vivências: as biografías na historiografía do movimento operário brasileiro. *Projeto História*. v. 16, São Paulo, 1998, p. 236.



historiografia do movimento operário, buscando, deste modo, compreender a história do tempo em que o indivíduo viveu<sup>8</sup>.

Com a crise dos grandes paradigmas explicativos – estruturalista e marxista –, os historiadores passaram a se interessar pelas estratégias quotidianas e pelos espaços intersticiais de liberdade de ação e resistência. Trata-se de compreender o contexto vivenciado como uma jaula invisível e flexível, a qual oferece ao indivíduo um horizonte determinado de possibilidades, sendo exercitada a liberdade condicionada de cada um<sup>9</sup>. Esse campo de possibilidades garante a multiplicação de projetos produto da interação entre os sujeitos, entretanto, o sucesso, a mutação ou o fracasso de um projeto está associado com o acolhimento ou rejeição pelos demais<sup>10</sup>.

Enfim, a ação social dos trabalhadores resulta da frequente negociação frente ao poder normativo e ao organismo social, oferecendo diferentes possibilidades de interação, transitando entre estratégias dentro dos interstícios de liberdade existentes no conjunto incoerente de normas institucionais<sup>11</sup>.

Caso não enfrentemos o problema do recorte espacial, corremos o risco de cair em mecanismos explicativos que admitem a situação local apenas como reflexo de problemáticas apresentadas em um universo macroscópico. Portanto, ao darmos a devida atenção à cidade de Piracicaba temos maiores chances de desvendar as alianças, os sistemas e os modos de exercício do poder naquela determinada sociedade. Assim, torna-se possível

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*. v. 16, São Paulo, 1998, p. 238.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 8ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 27.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> SCHMIDT, Benito. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 196.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> LEVI Giovanni. Un problema de escala. *Relaciones*. Estudios de historia y sociedad. vol. XXIV, n. 95, México, verano, 2003, p. 282-284.



inserir os mecanismos de poder descobertos como atuantes no jogo relacional em uma situação empírica.

Conforme Benito Schmidt, o esforço de Thompson era o de resgatar o papel da ação individual na constituição dos processos históricos com a finalidade de recuperar tradições e projetos contestatórios derrotados e, assim, estabelecer relação dialética entre a ação individual e as implicações sociais decorrentes<sup>12</sup>. Sabina Loriga, por sua vez, sugere que a investigação de trajetórias é capaz de romper com homogeneidades aparentes do grupo social e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas políticas e culturais<sup>13</sup>. Privilegiando analisar a socialização dos projetos entre os demais agentes de mesma classe e de classe distintas, como a elite industrial, a imprensa e a polícia de Piracicaba.

A prosopografia vista de baixo emerge como um novo ângulo de visão que suscita novos problemas e novas interpretações sobre a sociedade piracicabana, constituindo-se uma via de acesso para a recomposição das tensões existentes entre o individual e o social<sup>14</sup>. Em suma, pretende-se analisar Mario Passini como prisma de observação para lançar novas perspectivas sobre a formação do movimento operário de Piracicaba.

### 1919

Dois terços dos trabalhadores brasileiros da Primeira República estavam empregados em pequenas oficinas<sup>15</sup>. Em Piracicaba, essa situação não era

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> SCHMIDT, Benito. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 193-194.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 249.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> SCHMIDT, Benito. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*. v. 16, São Paulo, 1998, p. 139-140.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880 – 1920): atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, São Paulo, set. 91/ago. 92, p. 154-155.



diferente, entretanto, Claudio Batalha descarta a necessidade do caráter fabril para a constituição da consciência da classe operária, não havendo relação entre a forma de trabalho assumida e a existência da consciência classista. O que concretiza a formação da classe é a mobilização dos trabalhadores conscientes de sua posição no quadro social, unidos para exercerem sua cidadania, combatendo as desigualdades e lutando por direitos e interesses próprios, antagônicos aos interesses das classes dominantes. Por outro lado, a historiografia tradicional da Primeira República tendeu a naturalizar o trabalhador excluído da grande indústria como passivo, despolitizado, desorganizado e socialmente inconsciente. Todavia, a análise da documentação a seguir tem por objetivo evidenciar a ação combativa, consciente e organizada dos trabalhadores de Piracicaba nos momentos de luta para, deste modo, contrapor-se à interpretação sugerida pelos memorialistas e trazer à tona tensões existentes entre os trabalhadores e a sociedade no município.

Por meio da comunicação via distribuição de panfletos, no dia 13 de maio de 1919, em Piracicaba, declararam-se em greve os operários de várias serrarias e oficinas. As principais exigências dos trabalhadores eram: diminuição de horas de trabalho e aumento de salários<sup>16</sup>. Durante as manifestações, a presença do delegado era unanime, a fim de garantir a liberdade do trabalho<sup>17</sup>. A greve era fruto da articulação em torno da Liga Operária, da qual Mario Passini era secretário, sendo um movimento marcado pela organização autônoma dos trabalhadores, já que as negociações estavam a cargo da diretoria da Liga<sup>18</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> O Combate, 15/05/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Jornal de Piracicaba, 16/05/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> TERCI, Eliana Tadeu. A cidade na Primeira República: imprensa, política e poder em Piracicaba. 1997. Tese. FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 185.



O processo de sindicalização representado pela criação de Ligas, ocorrido no movimento operário entre 1917 e 1919, bem como as ações grevistas, não podem ser compreendidos como espontâneos ou improvisados, pois conforme adverte Edilene Toledo, a organização operária do período foi fruto de anos de esforços e experiências acumuladas das lutas entre as classes<sup>19</sup>. Esse mundo associativo criado pelos trabalhadores constituise como resposta ao sistema de exclusão política e social implantado pela Primeira República aos trabalhadores subalternos, uma vez que as associações forneciam um espaço para o exercício da cidadania, traduzindose na reinvindicação política dos direitos da classe<sup>20</sup>.

Na data do início da greve, os principais jornais do município reproduziam o boletim policial do delegado Djalma Goulart, que prontamente advertia:

[...] chegando ao conhecimento desta Delegacia de Polícia, de que parte do operariado desta cidade se declarará em greve, hoje, a Polícia faz saber desde já, que não consentirá absolutamente, a bem da ordem pública, comícios, ou quaisquer reuniões de grevistas nas praças e vias públicas da cidade. Os que quiserem reunir-se o deverão fazer, pacificamente e sem armas em salões ou teatros, dissolvendose logo na saída deste. A polícia não permitirá, de forma alguma, qualquer agressão aos direitos alheios, como sejam o ataque à propriedade e a proibição, por parte dos operários que estiverem em greve, aos que quiserem trabalhar. Assim como a polícia não intervirá entre os operários que estiverem em greve pacífica, fará respeitar o direito que têm os que quiseram trabalhar. Esse direito e qualquer outro constante das leis brasileiras será garantido pela polícia. As violências ou arruaças que forem tentadas, serão reprimidas com a devida energia. Os desocupados e desordeiros contumazes e conhecidos da polícia, não devem esperar senão repressão imediata e o devido corretivo. Em qualquer situação, a lei e os direitos serão mantidos, e estes devem ser reclamados dentro da lei e da ordem<sup>21</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 53.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 180.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Gazeta de Piracicaba; Jornal de Piracicaba, 13/05/1919.



Diante dessa declaração constitucional e intimidadora do delegado, é importante voltarmos a atenção para três aspectos principais. Primeiramente, o boletim evidencia como as questões sociais na Primeira República eram tratadas, desde o estado pacífico das reivindicações, como casos policiais. Em segundo lugar, a restrição imposta pelas autoridades no que diz respeito à ocupação do espaço público da cidade pelos trabalhadores, como praças e ruas. E por fim, o uso do dispositivo constitucional do direito ao trabalho como justificativa legal para as repressões policiais mais radicais contra os "desordeiros costumazes" que coagissem os companheiros a participar da greve. Assim sendo, o boletim do delegado demarcava o limite aceitável das manifestações dos trabalhadores, a denominada greve pacífica, a qual deveria manter-se circunscrita aos espaços instituídos, respeitar o direito daqueles que desejassem trabalhar e não ameaçar a ordem social, representada em sua instância máxima pela propriedade privada<sup>22</sup>.

Entretanto, mesmo diante das ameaças do uso da força policial, no dia 17 de maio, os trabalhadores do Engenho Central, da Fábrica de Tecidos Artethusina e da Casa Krähenbühl decidiram paralisar suas atividades até que fossem contemplados com melhores condições de trabalho<sup>23</sup>. Frente às restrições da ocupação do espaço público imposto pelas autoridades, a sede da Sociedade Beneficente Operária abriga uma reunião da Comissão Operária, sendo firmado que os operários não voltariam ao trabalho enquanto todos não obtivessem sucesso nas reivindicações<sup>24</sup>. A ofensiva grevista e a resistência patronal em atender às reinvindicações, temendo a redução de seus lucros e sua capacidade de enfrentar a concorrência

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> TERCI, Eliana Tadeu. A cidade na Primeira República: imprensa, política e poder em Piracicaba. 1997. Tese. FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 187-188.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Jornal de Piracicaba, 17/05/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Jornal de Piracicaba, 15/05/1919.



favoreceram o sentimento de solidariedade e a mobilização dos trabalhadores<sup>25</sup>.

Assim, no dia 18 de maio, reuniram-se, na sede da Sociedade de Mútuo Socorro, os empregados de padarias para protestar pelo descanso dominical<sup>26</sup>. Os alfaiates, por sua vez, instituíram uma comissão para solicitar aos proprietários das alfaiatarias o aumento de 25% nos salários e a redução da carga horária<sup>27</sup>. No dia 22 continuava o movimento grevista de forma pacífica, abrangendo inclusive os operários da Fábrica de Tecidos Arethusina que, além do trabalho de oito horas, exigiam a demissão do contramestre e a substituição do médico do estabelecimento<sup>28</sup>. Vale mencionar que o corpo de funcionários da Arethusina era composto principalmente por mulheres, as quais, no mês de junho, fundaram a Liga Operária Fiminil<sup>29</sup>. Sobre a paralisação que persistia no Engenho Central, o motivo principal era a não aceitação, por parte do gerente, do aumento salarial dos empregados<sup>30</sup>.

Diante da situação efervescente, os sócios da Liga totalizavam quase 500 trabalhadores de diversos ofícios. O presidente da Liga, advogado, político e editor-chefe do jornal A Tarde, João Silveira Mello, neto do expresidente Prudente de Moraes, mediava as reuniões entre trabalhadores e patrões, ressaltando o direito dos trabalhadores à greve e advertindo sobre a importância das ações dentro da lei e da ordem. Contudo, isso não implicava a exclusão da polícia nas reuniões.

Com a paralisação das principais indústrias e oficinas de Piracicaba, Silveira Mello convocou dois dos maiores industriais da cidade para tratar das reinvindicações trabalhistas: o dinamarquês Holger Jensen Kok, diretor-

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> TERCI, Eliana Tadeu. A cidade na Primeira República: imprensa, política e poder em Piracicaba. 1997. Tese. FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 188.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Jornal de Piracicaba, 20/05/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Jornal de Piracicaba, 21/05/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> O Combate, 22/05/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Jornal de Piracicaba, 05/06/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> A Tarde, processo-crime/1919.



superintendente do Engenho Central, e o inglês Thomas Eastwood, gerente da Fábrica de Tecidos Arethusina. Essa reunião realizou-se na sala de audiências da polícia sob a presidência do delegado<sup>31</sup>. A localidade escolhida e a presença do delegado mediando o encontro foram sinal do reforço da intervenção policial nas causas sociais da Primeira República. Se, por um lado, a legislação e as autoridades não garantiam direitos aos trabalhadores, por outro lado, eram efetivos os laços entre a polícia e a elite econômica.

O gestor da Fábrica de Tecidos Arethusina não aceitou a implementação da jornada de oito horas, fixando-a em dez horas e afirmando que essa regra iria perdurar até a decisão oficial do governo. Entretanto, menores de 14 anos de idade não seriam mais admitidos na fábrica<sup>32</sup>. Ao contrário da fábrica de tecidos, o gerente do Engenho central aceitou a implementação do regime de oito horas, alegando que iria "considerá-lo quanto ao efeito do salário: mas, dada a falta de braços, ficava à vontade do operário trabalhar mais para ganhar mais", o que na prática não concedia ganhos de direitos reais aos trabalhadores. Pronunciamento semelhante fez o gerente da Casa Krähenbühl, o qual aceitava a jornada reduzida, mas realizaria pagamentos igualmente proporcionais, acrescentando que esta seria uma questão a ser resolvida pelo Congresso<sup>33</sup>. Pode-se observar, portanto, as manobras retóricas da elite industrial que consistiam em transferir ao Estado a responsabilidade das decisões legislativas sobre a questão social como meio de acalmar os ânimos no município. Essa transferência se dava, inclusive, como recurso para retardar os acordos coletivos e tornar impessoal a prática de negociações diretas, entre trabalhadores e patrões, que tinham sido impostas pelos grevistas. De acordo com Eliana Terci, a experiência vivida no período grevista levou o patronato a rever seu posicionamento no que diz

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> A Tarde, processo-crime/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Jornal de Piracicaba, 16/05/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Jornal de Piracicaba, 19/05/1919.



respeito à intervenção do Estado nas questões sociais pertinentes ao trabalho, passando a vislumbrar a legislação trabalhista como instrumento de controle social embasado na defesa da liberdade individual e do direito ao trabalho<sup>34</sup>.

Nos dias iniciais do mês de junho, nota-se um silenciamento do movimento grevista à medida que os empregadores atendiam, de forma ludibriosa e parcial, as demandas dos trabalhadores. Entretanto, declararam-se em greve, no final de junho, na cidade de Sorocaba, os trabalhadores da Estrada de Ferro Sorocabana reivindicado melhores salários e menor carga horária. Sabe-se que o movimento se espalhou para demais ramais da companhia no interior do Estado, incluindo o de Piracicaba, onde gerou grande impacto social, como será tratado adiante.

## O "plano bolchevique" e a greve geral

Diz o delegado Djalma Goulart, em sua denúncia ao Promotor Público, que no final de junho, com a deflagração da greve dos ferroviários da Sorocabana, Mario Passini, "associado mais influente da Liga", apontado como "agitador e cabeça de greve", constitui-se reivindicador dos direitos dos trabalhadores, inflando a disputa entre as classes com seus "artigos e discursos violentos". Nas reuniões operárias, "concitava-os à greve geral, à resistência aos patrões, pela força e pela violência".

O jornal A Tarde, editorado no escritório de Silveira Mello, era a imprensa responsável pelas publicações dos informativos da Liga. Em um desses informativos se lê que, no dia 4 de julho, os empregados da Estrada de Ferro Sorocabana reuniram-se na sede da Liga Operária para decidir manter a greve. Deste modo, a diretoria da Liga clama pela atenção de "toda a classe proletária [...] É mister que todos os operários se mobilizem para a nova jornada

<sup>34</sup> TERCI, Eliana Tadeu. A *cidade na Primeira República*: imprensa, política e poder em Piracicaba. 1997. Tese. FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 190.



de luta: ou o cumprimento das promessas feitas ou a greve geral será declarada."<sup>35</sup> Edilene Toledo assegura que o chamado e a insistência na luta de classes são alguns dos aspectos que distinguem o sindicalismo revolucionário do anarquismo, sendo o teor classista uma evidência da contribuição teórica marxista para esse projeto político<sup>36</sup>.

Novamente a situação se radicalizava e se tornava sensível. A imprensa alertava para a greve geral que os trabalhadores pretendiam promover em conjunto com trabalhadores da Câmara Municipal e os ferroviários da Sorocabana. Os ferroviários que ainda trabalhavam acabaram por aderir ao movimento paredista, paralisando suas atividades no dia 3 de julho. Assim a imprensa conclui que "A resistência da diretoria é inútil: não há força que derrota os pacíficos trabalhadores." 37

A elite industrial, por sua vez, articula-se para desestabilizar o chamado à greve. Diante da tensão social crescente e do déficit no abastecimento e escoamento de insumos, comerciantes e industriais de Piracicaba realizam um abaixo-assinado, publicado pela imprensa local, solicitando ao Secretário de Agricultura do Governo do Estado um rápido acordo com os ferroviários "de modo que o tráfego seja restabelecido prontamente antes que os ânimos com justiça se exaltem e maiores males aconteçam." Em certos momentos, parece haver a interpretação, entre os integrantes da elite industrial, de que a polícia não era capaz de suprir as demandas da questão social, por isso o apelo aos governantes. Os trabalhadores, por sua vez, também reconheciam que o embate direto com os patrões não resultava em ganhos, assim, realizavam apelações à Câmara Municipal para que interviesse como moderadora.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> A Tarde, 05/07/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 38.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Jornal de Piracicaba, 05/07/1919.

<sup>38</sup> Gazeta de Piracicaba, 06/07/1919.



Mario Passini, em nome da secretaria da Liga, convocou uma reunião do "operariado em geral [...] pois da reunião de todos os trabalhadores depende a vitória completa" da classe, o que revela o tom universalista do movimento. A reunião foi realizada no dia 7 de julho, às 19 horas, sendo Passini um dos oradores, proferindo "discursos incendiários". Após a primeira etapa do encontro, permaneceram na sede da Liga aproximadamente 50 trabalhadores para a "reunião secreta, de portas fechadas, onde foi concertado definitivamente o plano de assalto".

O plano consistia no isolamento absoluto da cidade ainda naquela noite, tornando-a incomunicável com outros municípios por meio do corte das linhas telefônicas da Empresa Bragantina, uma vez que, com a greve da Sorocabana "interrompeu-se completamente tráfego e telégrafo" em Piracicaba, tal como declarou o delegado. Privada de qualquer meio de comunicação, a polícia estaria impossibilitada de chamar reforços e "receber socorro". Por fim, a cidade seria "saqueada no dia seguinte cedo pelos operários" em greve geral, mas não somente, "a greve havia, também, de pegar a Câmara Municipal". Esse plano subversivo dos trabalhadores foi denominado pelo delegado e, posteriormente, apropriado pela imprensa, como "o plano bolchevique em Piracicaba chefiado por Mario Passini".

Assim, logo após o fim da "reunião secreta" - adjetivo atribuído pelas autoridades policiais que tinham como objetivo discursivo incriminar e macular o encontro dos operários, associando-o à obscuridade e ilegalidade -, os trabalhadores dividiram-se em dois grupos para executar o plano. Estrategicamente, um grupo seguiu para o Bairro Alto e outro para Vila Rezende, ponto de comunicabilidade com as cidades vizinhas.

As propostas de ação direta, de violência proletária e de greve geral são os denominadores comuns que identificam um sindicalista

\_

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> A Tarde, 05/07/1919.



revolucionário<sup>40</sup>. Portanto, apesar de Mario Passini não definir publicamente seu posicionamento político, suas ações o colocam como potencial sindicalista revolucionário. Por outro lado, não podemos negligenciar o fato de haver imprecisões interpretativas e intenso debate entre os trabalhadores brasileiros sobre as mais variadas ideologias políticas: anarquista, marxista e sindicalista revolucionária. Contudo, a partir das fontes analisadas, é possível admitir uma visão historiográfica que explique o movimento operário da além da exclusividade Primeira República para anarquista, espontaneidade dos movimentos e do atraso político-organizacional. Entretanto, Claudio Batalha leva em consideração a coexistência de anarquistas e sindicalistas revolucionários nas mesmas instituições, afirmando ainda não haver contradição no posicionamento de um anarquista que adotasse a plataforma sindicalista revolucionária como tática de luta dentro das Ligas<sup>41</sup>.

Enquanto se consumava o corte das linhas telefônicas, Pedro Coelho, maquinista da Fábrica de Tecidos Arethusina, recebeu em sua casa, das mãos de um menino desconhecido, um bilhete escrito a lápis:

Sr. Pedro Coelho. Os operários da Fábrica pedem ao Sr. o especial favor de não apitar amanhã para evitar qualquer descontentamento. Esperando serem atendidos, somos muito gratos. Os operários da Fábrica<sup>42</sup>.

De fato, os trabalhadores mobilizavam-se para declarar greve geral na manhã do dia 8. Mediante o bilhete, Coelho dirigiu-se até a casa do gerente da Arethusina, Thomas Eastwood, a quem entregou o papel e recebeu orientações para que fosse trabalhar normalmente no dia seguinte, fazendo

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 29.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> BATALHA, Claudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 30

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Bilhete, processo-crime/1919.



soar o apito como sinal de início de expediente. Eastwood, percebendo a iminência de uma greve, "saiu imediatamente à procura do delegado de polícia", o qual já se encontrava no Centro Telefônico da Bragantina tomando parte dos cortes das linhas, junto com o gerente da Bragantina, Manoel Galvão. Este último, por sua vez, procurou de forma igualmente instantânea o delegado após ser informado, por um de seus funcionários, que as comunicações telefônicas haviam sido interrompidas. Sem dúvidas, a elite econômica da Primeira República identificava a polícia como instituição eficaz para a contenção das ações reivindicativas dos trabalhadores<sup>43</sup>.

Graças ao vínculo social e ao rápido recurso do patronato às autoridades policiais, os trabalhadores foram detidos na mesma data, mas obtiveram êxito parcial, visto que "ocasionaram a interrupção total de todas as comunicações". Ainda de madrugada, a sede da Liga Operária fora invadida pela polícia, "sendo arrancado o mastro de sua bandeira, assim como seu escudo". Na manhã seguinte, ao adentrarem na sede, os trabalhadores verificaram que haviam sido subtraídos dinheiro, talões, recibos e livros da instituição<sup>44</sup>.

É certo que o atentado às linhas telefônicas contribuiu "para alarmar a população, que já se fazia a par dos boatos terroristas que corriam, falandose em greve geral, em ataques à propriedade, em bombas de dinamite". Portanto, não é espantoso notar o apoio popular daqueles que estavam fora do movimento dos trabalhadores às medidas mais drásticas do delegado que, com o objetivo de restabelecer a ordem e defender a propriedade, destacou "praças de armas embaladas para vários pontos da cidade", onde se localizam os "mais importantes estabelecimentos industriais.".

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> BATALHA, Claudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 13.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> O Combate, 10/07/1919.



Ainda na manhã do dia 8, a Fábrica de Tecidos Arethusina "apitou, mas os seus operários não entraram para o serviço". Além disso, "diversos operários quebraram o registro que fornece água para o funcionamento da fábrica". Posteriormente, às 13 horas, "um numeroso grupo de operários dirigiu-se para a cadeia pública, a fim de pedir que fossem postas em liberdade pessoas que, segundo corria, deviam estar presas". Nesta ocasião, "a polícia dispersou o grupo a espaldeiradas", emitindo o delegado um boletim que se fez espalhar por toda a cidade: "Aviso a população ordeira de Piracicaba que qualquer ataque à propriedade e à cadeia, será repelido a bala."45.

Em contrapartida, a "irritação na classe operária" foi significativa, "vindo os trabalhadores para as ruas". Deste modo, a "agitação continuava intensa, sendo declarada greve geral como protesto". Declararam-se em greve, inclusive, vários trabalhadores da Câmara Municipal, entre eles, "lixeiros e trabalhadores de estradas" 46. Existem ainda evidências de que trabalhadores não-sócios frequentavam as reuniões da Liga, bem como tomaram parte na greve geral. Esse material evidencia que os momentos de mobilização grevista transcendiam as organizações formais dos operários, integrando trabalhadores alheios ao movimento para partilhar da luta coletiva 47. É justamente nesses processos de organização e ação coletiva que a classe operária se constitui como realidade histórica, independentemente da existência da organização partidária 48.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> O Combate, 10/07/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> A Tarde, 09/07/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> BATALHA, Claudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880 – 1920): atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, São Paulo, set. 91/ago. 92, p. 123. <sup>48</sup> BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 173.



João Silveira Mello, em sua posição de advogado e presidente da Liga, redigiu uma "Carta aberta ao dr. Delegado de Polícia de Piracicaba" exigindo que fosse:

[...] restituído à liberdade o trabalhador Mario Passini [...] dos melhores colaboradores que contei para imprimirmos ao movimento operário essa orientação pacífica. Não é ele nenhum trabalhador anarquista. É um trabalhador honesto e anônimo [...] Arrancaram-no de sua casa, à noite [...] Dir-se-ia que estamos em estado de sítio, pois nem o domicílio se respeita [...] Os operários aqui não são nem maximalistas, nem anarquistas. São uns desgraçados, eternamente oprimidos, eternamente desatendidos<sup>49</sup>.

Silveira Mello dirigiu-se, então, para a cidade de São Paulo com o intuito de informar dos abusos policiais cometidos na sede da Liga Operária e apresentar a procuração para viabilizar o habeas corpus "a favor de Mario Passini e dos operários em geral, garantindo-lhes o direito de reunião."

Como demonstrativo do conluio entre os interesses da elite econômica, da polícia e dos políticos, o vereador Sebastião Nogueira de Lima, então presidente da Câmara Municipal, felicitou o delegado Djalma Goulart:

em nome do município, pelo modo correto e brilhante [...] nos acontecimentos que se deram a propósito da última greve, nos quais ele, tão criteriosamente, amparando o direito das duas classes em questão, soube, ao mesmo tempo, assegurar a ordem pública por meio de medidas enérgicas e acertadas. Indico mais que esse gesto de louvor da Câmara Municipal à digna autoridade seja levado ao conhecimento do Sr. Delegado Geral deste Estado<sup>50</sup>.

Os acontecimentos em Piracicaba foram noticiados, inclusive, pelo prestigiado jornal A *Plebe*, o qual reportava sobre reuniões que haviam sido convocadas para "tratar da expulsão do camarada Passini", mas que não foram autorizadas pelo delegado. Por outro lado, Silveira Mello era acusado

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> A Tarde, processo-crime/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Correio Paulistano, 15/08/1919.



de "na requisição do habeas corpus em favor do secretário da Liga", cooperar com as declarações inverossímeis do delegado, afirmando "não ser Passini um operário", uma vez que ele não trabalhava nas indústrias ou oficinas, pois era carpinteiro. Asseguram que Mello, além de incentivar trabalhadores "para que excluíssem da Liga alguns associados mais ativos", foi capaz de "obter a reabertura da sede da Liga, comprometendo-se a só consentir dentro dela pessoas qualificadas". Portanto, Mello estava disposto a usurpar o movimento e transformar "a Liga em centro eleitoral". Assim sendo, o jornal sentia-se na função de alertar e instruir os trabalhadores de Piracicaba que estavam "sendo joguetes de politiqueiros vulgares"51. A suposição do jornal A Plebe se fundamentou quando, após alguns meses, Silveira Mello candidatou-se a vereador, mas não obteve a vitória.

A imprensa municipal, atuando juntamente com a elite e com a polícia em prol da dissolução da articulação dos trabalhadores, apelava para que eles esperassem pelas leis governamentais que logo iriam garantir seus direitos<sup>52</sup>.

Dentre os 13 trabalhadores que tiveram suas prisões preventivas decretadas estava Nelson de Oliveira, 19 anos, destilador do Engenho Central alegou ao delegado não participar das reuniões da Liga, tendo sido abordado pelo grupo de trabalhadores enquanto transitava pelas ruas. Ângelo Bragaia tentou convencê-lo a acompanhar o grupo no corte dos fios, afirmando que no dia posterior, "a greve geral ia ser declarada e quem trabalhasse entrava no pau". Oliveira, apesar de sentir-se ameaçado pelos trabalhadores, recusou-se a participar. Diante dessas informações, o delegado optou por colocá-lo em liberdade.

<sup>51</sup> A Plebe, 19/07/1919.

<sup>52</sup> Jornal de Piracicaba, 11/07/1919.



Como conclusão do processo-crime, apenas oito trabalhadores foram indiciados como responsáveis pelas depredações planejadas e lideradas por Passini. Eles foram presos e levados a julgamento com base no artigo 153, inciso 3, combinado com o artigo 155 do Código Penal de 1890. Enquanto o artigo 155 refere-se propriamente ao dano de infraestrutura telefônica, o artigo 153, inciso 3, atuava como agravante, pois era referente ao caso de as depredações às linhas telefônicas serem decorrentes de comoção intestina (guerra civil), ocasionando prejuízo na transmissão de ordens e comunicações das autoridades policiais.

Eram os oito trabalhadores incriminados:

Mario Passini, carpinteiro, 25 anos, casado, de instrução baixa;

Ângelo Bragaia, empregado da Companhia Telefônica Bragantina, 18 anos, solteiro, sem instrução;

Paulo Antônio Ferraz, operário do Engenho Central, 21 anos, solteiro, sem instrução;

João Guarda, seleiro, 21 anos, instruído;

João Felicio Filho, jornaleiro, 23 anos, solteiro, instruído;

Fiorio Mazarotto, lavrador italiano, 38 anos, casado, sem instrução;

Lino dos Santos; e Manuel Cypriano<sup>53</sup>

No julgamento, ocorrido no dia 3 de setembro, "compareceu extraordinária assistência, composta de advogados, operários, intelectuais e correspondentes"<sup>54</sup>. A defesa dos réus ficou a cargo dos advogados João Silveira Mello, Jacob Diehl Neto e Luiz de Campos. Na ocasião, Silveira Mello disse que o delegado "deveria estar sentado ao lado dos réus".

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> Devido ao contexto criado pela pandemia de covid-19, os arquivos encontram-se fechados, o que impossibilitou a coleta dos dados faltantes.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> Correio Paulistano, 05/09/1919.



Posteriormente, Diehl Neto acusou de incoerência o promotor público que, "tendo opinado pela prisão preventiva de 13 denunciados", manteve a denúncia de "apenas oito". Em resposta, o promotor alega que verificou, mais tarde, que os demais "eram menores". Contudo, Diehl Neto afirmou que Ângelo Bragaia "também é menor", propondo que a acusação poupou os demais, porque estes "andaram a denunciar inocentes e inventar assaltos e depredações".

Ainda em intenso debate com a promotoria, Diehl Neto ridicularizou "a afirmação de que a greve na Sorocabana equivalia a comoção intestina". O promotor admite seu engano, mas em uma última tentativa de fazer prevalecer sua autoridade, alega que, mesmo diante de seus erros, os réus dispunham do recurso de habeas corpus. Mas Neto rebate: "em Piracicaba, quem não tem dinheiro bastante não tem a sua liberdade garantida, porque a Justiça Pública se engana e só tardiamente verifica os seus erros". Por fim, o conselho votou pela "absolvição unânime dos oito" réus, colocando-os em liberdade<sup>55</sup>.

## Inocentados, mas não esquecidos (1935)

Apesar de inocentados, Mario Passini e Nelson de Oliveira não escaparam de repressões políticas posteriores<sup>56</sup>. No dia 24 de agosto de 1935, o Delegado de Polícia de Piracicaba, Ramiro Garcia, emitiu um informativo ao Delegado de Ordem Política e Social do Gabinete de Investigações alertando que "por vezes tem aparecido [sic] hasteada em alguns pontos desta cidade, bandeiras vermelhas, e traçados em muros, signos e emblemas comunistas". O agente enviado da Delegacia de Ordem Política e Social

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> O Combate, 04/09/1919.

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> Prontuário nº 551: Delegacia de Piracicaba. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, São Paulo, 1935-1936.



(DOPS), ao iniciar seus trabalhos, afirma de antemão que a ação de tais propagandistas rendia simpatizantes "de todas as classes sociais, como operários, prostitutas, empregados no comércio, funcionários municipais e estudantes."

Nos últimos dias de novembro de 1935, eclodiram em Natal, Recife e Rio de Janeiro rebeliões militares de forte apelo político, batizadas pela empresa da época de Levante Comunista. O motim tinha como finalidade combater o regime político autoritário de Getúlio Vargas e instaurar uma política de base nacional-popular. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o episódio sofreu um processo de mitificação, consolidando o espectro negativo e incriminatório do comunismo no Brasil. Assim sendo, a Intentona Comunista passou a ser apropriado como forte recurso de poder, pois concretizou a impressão de presença e perigo do comunismo no país e contribuiu para o apoio popular a medidas excepcionais de segurança para combater a "ameaça vermelha" 57. A instrumentalização do anticomunismo tinha como objetivo justificar a intervenção ditatorial na vida política, pautada na alegação de que as instituições liberal-democráticas não ofereciam meios adequados para evitar a subversão revolucionária 58.

Paulo Sérgio Pinheiro também identifica a ameaça de novembro de 1935 como o álibi para o fechamento do regime político<sup>59</sup>. Conforme o autor, poucos dias após o Levante, o Senado aprovou a emenda que permitia o Estado de Exceção, suspendendo todas as garantias constitucionais do Estado democrático de direito. Com novas especificações dos crimes políticos e dos crimes sociais, definidos pelo anexo nº 136 da Lei de Segurança

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "intentona comunista" ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*, v. 7, n. 13, Rio de Janeiro, jul. 2002, p. 192.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "Indústria" do Anticomunismo. Anos 90, n. 15, Porto Alegre, 2001/2002, p. 73.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 116.



Nacional, a questão social, antes caso da polícia local, torna-se caso do Estado e da polícia especializada<sup>60</sup>. A partir de então, a violência militarizada se espraia para toda a sociedade, afetando indivíduos da população pobre urbana que não necessariamente haviam participado diretamente das revoltas<sup>61</sup>. As funções da polícia misturam-se com as funções militares, sendo os civis detidos julgados pela justiça militar. A restauração da ordem pública, nesse momento, ganha traços de guerra contra o comunismo e os trabalhadores.

Ainda abordando as manobras legislativas, conforme o artigo terceiro do decreto nº 457 de 26 de novembro de 1935:

Poderão ser detidos ou conservadas em custódia todas as pessoas que hajam coparticipado na insurreição extremista ou a respeito das quais tenham as autoridades fundados motivos para crer que venham a participar nela, em qualquer ponto do território nacional<sup>62</sup>.

Assim sendo, ainda em novembro, foi preso Mário Passini, com 40 anos, devido ao "prenúncio de agitação por todo o país" que fez exigir "desta delegacia, imediatas medidas de prevenção contra Passini". Por outro lado, a justificativa baseava-se nas ações realizadas por Passini em 1919. Por outro lado, a detenção do carpinteiro, que naquela altura era membro do Partido Socialista, justificava-se pelo "clamor da opinião pública", a qual era "unânime em apontar Passini como perigoso elemento comunista e propagandista em nosso meio", pois ele estaria fazendo "propaganda aberta do comunismo, pois como comunista" era socialmente conhecido. Deste

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilus*ão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 323.

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilus*ão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13.

<sup>62</sup> Diário Oficial da União, 1935.



modo, detê-lo era uma "plausível e lógica medida de prevenção" para assegurar a ordem social.

Contra Nelson de Oliveira, eletricista municipal de 35 anos, preso em 30 de novembro de 1935, "erguia-se igualmente o clamor público", sendo reconhecido como "orientador e propagandista do comunismo", tendo participado como "primeiro orador no comício do Partido Socialista". Além de falar sobre o comunismo "abertamente e sem receio", Oliveira afirmava que "o comunismo vinha mesmo, nem que fosse contra a vontade do povo". Em sua casa, a qual funcionava como "centro de reuniões", foram encontrados "livros e recortes de jornais ostensivamente comunistas", como: A *Plateia* e A *Lanterna*. Portanto, a partir das evidências encontradas, estava claro para o delegado que Oliveira "fazia parte do núcleo comunista que atuava em Piracicaba".

Sabe-se também que Mario Passini e Nelson de Oliveira foram transferidos ao presídiopolítico Maria Zélia, símbolo da perseguição política de Vargas, na cidade de São Paulo, onde permaneceram presos até o fim de fevereiro de 1937, sendo julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN)63.

#### Conclusão

A partir da investigação nota-se que os modos de luta e de organização dos trabalhadores de Piracicaba sofreram mudanças, uma vez que o aspecto político partidário é encontrado somente em 1935, enquanto a Liga Operária concentra as reivindicações de 1919. Não obstante, os modos de luta caracterizam-se pela ação direta no período da Primeira República, tornando-se pacíficos e propagandistas na Era Vargas.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> A documentação está conservada no Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional.



Aspecto que se altera na sociedade piracicabana é a interação dos demais trabalhadores com o movimento, não havendo protesto ou qualquer tipo de manifestação, inclusive da imprensa, em favor aos trabalhadores detidos em 1935. Por outro lado, um grupo constituído por trabalhadores de diferentes ofícios, os abusos das autoridades e o não respeito aos direitos constitucionais, caracterizam-se como uma constante em ambos os momentos.

O posicionamento político dos trabalhadores que orientam a pesquisa é opaco, pois esses não formularam declarações sistemáticas de seus pensamentos e, conforme Toledo, a própria polícia tinha dificuldade em compreender as posições e ações ideológicas dos detidos diante do mundo heterogêneo da militância operária<sup>64</sup>, tendendo a classificá-los como anarquistas na Primeira República e comunistas na Era Vargas. Esta simplificação incriminatória era um modo de reduzir a experiência ao socialmente conhecido e justificar a ação policial acentuando a periculosidade dos indivíduos.

No intervalo temporal investigado, não podemos desconsiderar a estatização e aprimoramento do controle político e social promovido pelo governo de Vargas, antes mesmo do Estado Novo. Em suma, o artigo pretende sugerir que os alinhamentos políticos, as formas de luta e organização adotadas pelos trabalhadores piracicabanos nas diferentes conjunturas não foram a consequência lógica de uma "autonomia de classe" ou de uma "falsa consciência", mas de escolhas conscientes diante de um dado repertório de opções de ação cabíveis aos trabalhadores enquanto agentes sociais<sup>65</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 276.

<sup>&</sup>lt;sup>65</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patr*ões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras). 2000. Tese. IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 27.



## **REFERÊNCIAS**

BATALHA, Claudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880 – 1920): atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, São Paulo, set. 91/ago. 92, p. 111-124.

- \_\_\_\_\_. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 162-189.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 8ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A microhistória e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178.
- LEVI Giovanni. Un problema de escala. *Relaciones*. Estudios de historia y sociedad. vol. XXIV, n. 95, México, verano, 2003, p. 279-288.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 225-249. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "Indústria" do Anticomunismo. *Anos* 90, n. 15, Porto Alegre, 2001/2002, p. 71-91.
- \_\_\_\_\_. A "intentona comunista" ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*, v. 7, n. 13, Rio de Janeiro, jul. 2002, p. 189-207.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- SCHMIDT, Benito. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*. v. 16, São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patr*ões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras). 2000. Tese. IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- TERCI, Eliana Tadeu. A cidade na Primeira República: imprensa, política e poder em Piracicaba. 1997. Tese. FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997
- TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

#### **Periódicos**

A Plebe. São Paulo, 1919. A Tarde. Piracicaba, 1919.



Correio Paulistano. São Paulo, 1919. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1935. Gazeta de Piracicaba. Piracicaba, 1919. Jornal de Piracicaba. Piracicaba, 1919. O Combate. São Paulo, 1919.

### **Processos-crime**

Processo-crime: Mario Passini e outros. Delegacia de Piracicaba. Arquivo Espaço Memória, Centro Cultural Martha Watts, Piracicaba, 58/C, 1º Ofício Civil, 1919. Prontuário nº 551: Delegacia de Piracicaba. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, São Paulo, 1935-1936.

Artigo recebido em 07/12/2020 e aprovado em 19/02/2021